

Diferenças de auxílio-alimentação serão executadas de imediato

A ação coletiva que garantiu aos servidores do Judiciário da União em Santa Catarina a equiparação do auxílio-alimentação com os Tribunais Superiores entre setembro de 2007 e dezembro de 2011 começa a ser executada ainda este ano. Com a desistência do recurso que discutia honorários advocatícios e índice de correção monetária, autorizada pela Assembleia Geral de 18 de setembro último e homologada pelo STJ, o Sindicato e a Assessoria Jurídica estão adotando todas as providências necessárias. As informações para os cálculos já estão sendo solicitadas e também foi acertada a contratação de Perito Contábil.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS. As procurações para executar estão sendo disponibilizadas a partir de hoje, 21/11, no site do Sindicato. Para cada um dos ramos (Federal, Trabalhista, Eleitoral) há dois modelos (sócio e não-sócio). Atenção para preencher o formulário correspondente. A condição de sócio ou não sócio é aquela vigente na data da entrega da procuração preenchida. Os demais dados necessários serão obtidos diretamente pelo Sindicato junto aos órgãos do Judiciário.

ENTREGA. A devolução da procuração preenchida pode ser feita diretamente ao escritório PITA MACHADO ADVOGADOS, mediante cópia escaneada (auxalim@pita.adv.br) ou com a entrega do original na sede do Escritório (Av. Osmar Cunha, nº 183, conjunto 1102, Bloco C, Ed. Ceisa Center, CEP 88015-100).



BENEFICIÁRIOS. Todos os servidores da Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho e Justiça Federal que tenham trabalhado em Santa Catarina e recebido valores de auxílio-alimentação entre setembro de 2007 e dezembro de 2011 possuem diferenças a receber através da referida ação coletiva. Basta habilitar-se mediante o envio da sua procuração.

AÇÕES INDIVIDUAIS JULGADAS IMPROCEDENTES. Os servidores que tiveram ação individual sobre essa mesma matéria julgada improcedente deverão encaminhar consulta individual para saber da possibilidade ou não de se beneficiarem dos efeitos da ação coletiva.

AJUIZAMENTO EM 2016. A previsão do escritório Pita Machado é de que as execuções passem a ser ajuizadas ainda em 2016. Quanto antes forem remetidas as procurações, maior a probabilidade.

ENTENDA O CASO. Em 2011 o Conselho Nacional de Justiça equiparou o valor do Auxílio-Ali-

mentação pago a todos os órgãos do Judiciário da União, em todo o território nacional. Antes, os valores eram os mais diversos. Os Tribunais Superiores, em Brasília, tinham o Auxílio mais expressivo. Após a unificação, o Sintrajusc ingressou com ação para buscar as diferenças do período anterior.

Diferentemente de outros Sindicatos, o direito foi reconhecido, pela interpretação da própria legislação (ordinária) do benefício. Esse aspecto impediu que o tema subisse ao STF (que, nesse meio tempo, firmou posição contrária à equiparação). O Sintrajusc foi o único Sindicato do país a ter ganho nessa ação coletiva.

Ministra Cármen Lúcia interrompe implantação do PJe no STF

O site *Consultor Jurídico* publicou dia 11 que a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, parou a implantação do Processo Judicial Eletrônico na corte. Ela revogou uma resolução criada em abril deste ano que tornava obrigatório o uso do sistema criado pelo Conselho Nacional de Justiça. Também foi dissolvido um grupo montado há menos de cinco meses para discutir o assunto, presidido pelo ministro Edson Fachin.

A medida foi publicada em poucas linhas no Diário da Justiça Eletrônico do dia 11, sem citar diretamente o PJe, e acontece depois de Cármen Lúcia, segundo o site, reformular uma série de questões administrativas do CNJ lideradas pelo antecessor, ministro Ricardo Lewandowski, propondo o fim de comissões e a análise de todas as resoluções do conselho. Os plenários virtuais do conselho também foram suspensos.

Segundo a assessoria de imprensa do STF, a norma foi revogada “porque não havia, no momento, condições técnicas da sua implementação”, e o próprio texto gerava problemas ao proibir mudanças tecnológicas nas ferramentas atuais do tribunal.

Desde que começou a ser desenvolvido, em 2009, o PJe é cercado por críticas. Os problemas eram tantos que uma das apostas foi reformar o próprio sistema, com o chamado PJe 2.0, considerado pelo Comitê Gestor Nacional do PJe uma nova plataforma, e não só mera versão atualizada.

Sai versão, entra plataforma, e o fato é que não sabe até hoje quanto o sistema custou e continua custando, dado ter sido implantado de cima para baixo. A OAB tentou saber os valores, entre outras informações, e o então presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, alegou que não poderia mostrar os contratos e valores envolvendo o desenvolvimento e implantação do PJe.

Já com relação aos demais documentos solicitados, de caráter técnico sobre o funcionamento do sistema, Barbosa também indeferiu o pedido e alegou que o PJe é uma propriedade intelectual da União (Lei Nº 9609/1998) em área de interesse estratégico nacional e que, nessa condição, estaria inserido na exceção à publicidade da informação prevista no parágrafo 1º do artigo 7º da Lei de Acesso à Informação. Ou seja, tudo é segredo total.

Plenária da Fenajufe começa quinta

A XX Plenária Nacional Extraordinária da Fenajufe será de 24 a 27 de novembro em Brasília (DF). Irão representar Santa Catarina @s delegad@s eleitos em Assembleia. A Plenária irá debater e deliberar as propostas de Resoluções e Alterações Estatutárias apresentadas ao 9º Congrejufe, realizado em Florianópolis entre o final de abril e o início de maio passado, e que naquela ocasião fica-

ram pendentes. A delegação será a seguinte:

Devair Esmeraldino (JF Capital)
Eleuse Fátima Ritter (JF Chapecó)
Lúcia Fontes do Amaral Pereira (JF Capital)
Luiz José Berretta (JT Capital)
Paulo Roberto Koinski (JF Capital)
Simone Saad (JF Capital)
Suplente: Sérgio Murilo de Souza (JT Capital)